

RESENHA/REVIEW

Carlos Arthur Ribeiro do NASCIMENTO*

VAZ, H.C. de L. *Escritos de filosofia II; ética e cultura. São Paulo, Loyola, 1988.*

Com este segundo volume dos *Escritos de Filosofia*, Henrique C. de Lima Vaz S.J., o Padre Vaz, como é mais comum e carinhosamente conhecido, confirma sua marcante presença no terreno da filosofia brasileira. Presença esta servida por aguda inteligência e invejável erudição que transita com liberdade da Grécia antiga à bibliografia alemã mais recente. A produção filosófica do Pe. Vaz não data de hoje, mas pode, de certo modo, passar despercebida, pois se encontra em grande parte dispersa em numerosos artigos de revista. Nem todos eles foram recolhidos em seu primeiro livro (*Ontologia e História*, São Paulo, Duas Cidades, 1968) nem no primeiro volume dos *Escritos de Filosofia*, São Paulo, Loyola, 1986. Neste sentido, o segundo volume dos *Escritos* vem nos revelar de modo mais patente e irrecusável o lado sistemático de grande fôlego do Pe. Vaz. De fato, este viés, embora presente nos volumes anteriores, podia ser encoberto pelo fato de serem constituídos de textos mais curtos independentes entre si e que, apesar de veicularem um forte senso de conjunto, podiam perfeitamente ser lidos como ensaios particulares. Estamos agora diante de um texto longo cobrindo mais de duzentas páginas e que expõe uma temática unificada, ficando os ensaios de "filosofia miúda" – se nos for permitido apropriarmo-nos do título de uma obra de outro pensador brasileiro cuja importância não pode ser negada – reservados para os anexos que não chegam a se estender além das setenta páginas. Além disso, o Pe. Vaz nos anuncia um terceiro e um quarto volumes dos *Escritos*, que seriam do mesmo feitio: *Ética e Liberdade* (Cf. p. 178, n. 136 e também p. 8) e *Construção do Sistema Hegeliano* (Cf. p. 116, n. 157).

* Departamento de Filosofia da Faculdade de Comunicação e Filosofia – Pontifícia Universidade Católica – 01000 – SP.

Temos aqui também neste segundo volume dos *Escritos* a oportunidade de como que tocar com o dedo a maneira como o autor concebe o exercício da filosofia. Com efeito, em precioso passo da p. 146 nos diz ele:

"Não é o caso de vaticinar os seus (de uma nova imagem do homem como sujeito universal de direitos) traços futuros, pois a filosofia não é profecia. Obediente ao ensinamento de Hegel, cabe ao filósofo rememorar apenas o passado para nele descobrir as linhas que se cruzam nos enigmas do presente o que será, talvez, a primeira condição para aceitar lucidamente o desafio do futuro."

Os cinco capítulos do volume segundo dos *Escritos* nos propõem, na realidade, cinco exercícios desta rememoração de estilo hegeliano. Daí inclusive seus parciais recobrimentos e retomadas. Talvez valha a pena insistir sobre a palavra *estilo*, pois a filiação do Pe. Vaz a Hegel aparece, pelo menos neste volume, muito mais no *estilo* do exercício filosófico do que na sua substância. Esta, salvo melhor juízo, é predominantemente aristotélica, como o próprio autor, de resto, acentua em diferentes momentos. Baste-nos citar uma frase mais do que clara:

"Trata-se, em suma, de definir uma forma de razão capaz de articular numa unidade social orgânica a comunidade ética e a comunidade política e de reencontrar, assim, em condições e situações históricas infinitamente mais complexas, o caminho aristotélico que conduz da Ética à Política". (*Escritos de Filosofia II*. p. 176)

O próprio balanceamento desta frase parece, aliás, insinuar os dois escolhos que o autor pretende evitar: o puro e simples abandono da *tradição*, que conduz ao niilismo ético, ou a absolutização do passado, conhecida como tradicionalismo (Cf. p. 254-5).

Mas, seja como for, o intento hegeliano "para recuperar a unidade ontológica da Ética e da Política" (p. 171) ou a "possibilidade de se levar a cabo a síntese entre a 'moralidade' kantiana e a 'eticidade' hegeliana" (p. 72) parece passar por uma recuperação de conceitos como os de "sabedoria prática" (*phrónesis*-prudência) ou "excelência" (*areté*-virtude) tal como foram formulados por Aristóteles. Daí a centralidade do capítulo terceiro ("Ética e Razão") deste volume segundo dos *Escritos* e, neste capítulo, do parágrafo terceiro, dedicado à concepção aristotélica da *phrónesis*:

"Aqui reside, sem dúvida, o convite a uma rememoração pós-hegeliana da Ética aristotélica, que a reflexão contemporânea recebe como uma das suas tarefas mais importantes". (p. 118)

"De fato, as vicissitudes do pensamento ético no Ocidente mostram que não pode ser alterado sem graves desequilíbrios na análise da *práxis* ética o diagrama conceptual traçado por Aristóteles, no qual a função mediadora da *phrónesis* se exerce na intersecção da linha horizontal do desejo apontando para o prazer (*órexis-hédoné*) e da linha vertical da razão apontando para a contemplação (*logos-theoria*)". (p. 131)

Eis aí apontado o lugar nodal da *phrónesis* numa "lógica da ação que deve unir nos vínculos de um mesmo saber o caráter principal da decisão, o caráter normativo e teleológico da razão e a complexidade da situação" (p. 101). É graças a ela que Aristóteles consegue "definir a racionalidade própria da *práxis*" (p. 100) sem reduzi-la nem à *theoria*, nem à *téchne*, reduções estas que não ficaram apenas como tentações, tanto antes como depois de Aristóteles. Mas, se a *phrónesis* é o núcleo de uma lógica da ação, seu ato próprio, "a decisão assume um lugar fundamental na estrutura da *práxis*, pois nela se define a orientação efetiva para o fim, tanto pela escolha adequada dos meios quanto pela concretização do princípio universal do agir ético, a tendência para a *eudamónia*, na ação singular" (p. 122).

Tivessem essas considerações poder de penetrar, não só nas mentes e corações individuais mas também nas mentalidades e aspirações coletivas, e certamente poderia ser banido, ou pelo menos atenuado, o temor expresso pelo Pe. Vaz quase ao término deste volume segundo dos *Escritos*:

"A política como arte e sabedoria (*phrónesis* ou "prudência" no sentido aristotélico) será algo totalmente desconhecido às gerações para as quais o desaparecimento da história-tradição abandonou a história-ciência à condição de puro instrumento de uma razão política homóloga à razão técnica, presas ambas aos desígnios da razão ideológica". (p. 255)

Fazia tempo que não líamos ou ouvíamos um apelo tão eloqüente e bem fundamentado a favor de uma ética da "prudência" no sentido aristotélico. Talvez o Pe. Vaz pudesse nos brindar com um complemento da história do eclipse desta ética nos inícios dos tempos modernos. Referimo-nos à preponderância do "casuísmo" na prática e no ensino da moral cristã. Casuísmo este que mereceu as flechadas certeiras de Pascal nas *Provinciais* e que conduziu, por diferentes caminhos, seja ao rigorismo moral, seja ao libertinismo, antes de desembocar no niilismo ético dos tempos que correm.